

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES
(Do Sr. Geraldo Resende)

Requer o envio de Requerimento à Sra. Ministra do Meio Ambiente solicitando informações sobre as providências que foram tomadas para a manutenção do Programa Pantanal e as ações desencadeadas visando o impedimento da implantação de usinas sucroalcooleiras na Bacia do Alto Rio Paraguai, pantanal sul-mato-grossense.

Senhor Presidente:

Requeiro a Vossa Excelência, com base no art. 50, da Constituição Federal, e nos artigos 115 e 116, do Regimento Interno que, ouvida a Mesa, seja encaminhada ao Ministério do Meio Ambiente o Requerimento em anexo, solicitando informações sobre as providências adotadas para a manutenção do Programa Pantanal e as ações desencadeadas visando o impedimento da implantação de usinas sucroalcooleiras na Bacia do Alto Rio Paraguai, pantanal sul-mato-grossense.

Sala das sessões, de setembro de 2005

Deputado GERALDO RESENDE – PPS/MS



D06A863C49

JUSTIFICAÇÃO

Cala fundo em nossa alma, o emocionante episódio da história de Mato Grosso do Sul, quando em 1981, todo seu povo se mobilizou desafiando o regime militar repressor, num levante contra a intenção do então Governador Pedro Pedrossian, de permitir a instalação de usinas de álcool no Pantanal, o qual, sensível à massa não só reviu sua posição, como proibiu a instalação de usinas no Pantanal, através da Lei 328 de 25 de Fevereiro de 1982, regulamentada um mês depois pelo Decreto 1.581/82.

O Pantanal é dos sul-mato-grossenses, pois lutamos por ele. O Pantanal é da humanidade, que reconheceu sua grandiosidade. O Pantanal não é objeto de manobra do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul.

Dizemos isso porque o Governador José Orcírio Miranda dos Santos (Zeca do PT), está mais uma vez propondo projeto de lei que permite a fixação de usinas sucroalcooleiras na Bacia do Alto Paraguai.

Em 2003 promulgou Decreto Estadual que permitia a instalação de Usinas no Pantanal, no que foi veementemente repudiado, como bem dito em editorial do jornal “Correio do Estado” da época: *“trata-se de instrumento legal de caráter altamente duvidoso (...) desconsiderando o fato de que há opiniões divergentes na sociedade, que aliás, ainda não foram ouvidas (...) desconsiderando o passado de lutas do povo, que disse em uníssono, mais de uma vez, “não” à instalação de usinas de álcool na região pantaneira (...) é a famosa visão do progresso a qualquer preço (...).”*

É imprescindível ao Pantanal a instalação de Usinas de Álcool? São essas indústrias que levarão recursos e investimentos a Mato Grosso do Sul? Não existe outra fonte?



D06A863C49

Existe: uma fonte de desenvolvimento limpo, sustentável e democrático: é o Programa Pantanal, nascido como projeto de infra-estrutura e ampliado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID que o alicerçou num crédito de US\$ 400 milhões, destinados á áreas estratégicas como turismo, recuperação de micro bacias, entre outras de um sistema de sustentabilidade próprio.

O atual governo em retórica eleitoreira, cultivou a priorização do Programa Pantanal, como fator de desenvolvimento para os mais de trinta municípios, somente no MS, da Bacia do Alto Rio Paraguai, onde se insere o Pantanal.

Em sua gestão, porém, o Programa foi relegado, pois contraria o argumento economicista da instalação das Usinas que geram riquezas ameaçando o Pantanal. No modelo desenvolvimentista do Governador Zeca do PT os empresários lucram e o povo recebe poluição e perde qualidade de vida.

Para ser inquestionável a implantação das Usinas o Estado sangra prefeituras, pois, com promessas do Programa Pantanal, recursos de outras fontes lhes são negados. É corriqueiro prefeitos acorrerem a ministérios por verbas, por exemplo, para saneamento básico, recebendo o “não”, pela iminência de aporte de verba do Programa Pantanal.

Não permitimos que nossa memória trabalhe em favor do Governador Zeca do PT: lembramos que em 2003 foram detectadas falhas na gestão do Programa, quando o Estado foi obrigado a devolver R\$ 2 milhões por atraso em licitação, além do desnecessário pagamento de R\$ 1,3 milhão por serviço técnico, num amadorismo ao qual o “Correio do Estado”, se referiu como: *“carência gritante de quadros técnicos na esfera da administração estadual, numa indicação clara de incapacidade para lidar com questões complexas que envolvem linhas de crédito internacional”*.



D06A863C49

Em reunião com a Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, a bancada federal de Mato Grosso do Sul, ouviu que é improvável a renovação do contrato com o BID para financiar o Programa Pantanal. Contudo, para decepção do Governador Zeca do PT, a Ministra também desatrelou o programa de recursos internacionais pois a União vai ratificá-lo com recursos próprios oriundos dos ministérios do Meio Ambiente, Cidades e Integração Nacional. Assim, os Municípios têm garantidos recursos para investimentos, direcionados a um desenvolvimento real, limpo e auto-sustentável.

Isto posto, esperamos que o Ministério do Meio Ambiente forneça as informações solicitadas, na busca da preservação do patrimônio mundial que é o Pantanal sul-mato-grossense, não medindo esforços para impedir a implantação de usinas em sua área.

Esse é o fulcro do presente requerimento.

Sala das sessões, de setembro de 2005

Deputado GERALDO RESENDE
PPS/MS



D06A863C49